

## REVISTA QUAESTIO IURIS

### Editorial para o vol. 09-3 (2016)

A Revista Quaestio Iuris, revista classificada pelo MEC/CAPES como Qualis A2, Direito, agora de periodicidade trimestral, nesse volume 09, número 03, tem o prazer de publicar o artigo *Considerações acerca da filosofia, direito e ecologia* do Professor Vicente de Paulo Barretto, Decano da Escola de Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Professor visitante da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Consultor *ad hoc* da área de Direito e de Filosofia da CAPES e Conselheiro Editorial da Revista *Quaestio Iuris* e de Fábio Beltrami, Doutorando em Direito Público na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS e Professor no Centro de Ensino Superior Cenecista Farroupilha - CNEC Farroupilha e na Faculdade da Serra Gaúcha - FSG. No artigo *Considerações acerca da filosofia, direito e ecologia* se analisa as relações entre homem e natureza, que sempre foram objeto de questionamento nos mais variados ramos, da religião à ciência. O artigo busca elucidar as questões de como relacionar esses dois polos, desde a relação comportamental humana até os ramos do direito, de três perspectivas de pensamento: o antropocentrismo, a ecologia e a responsabilidade solidária.

Da mesma maneira que nos números anteriormente publicados, no presente volume 09, número 03, publicamos 16 (dezesesseis) artigos inéditos, sendo 04 artigos sobre temas clássicos: *Sobre o decorum: dos clássicos à pós-modernidade* da Prof<sup>a</sup>. Eliana Amarante de Mendonça Mendes, Professora Titular de Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Minas Gerais; *A liberdade antes do liberalismo: o caso de Francisco Suárez*, do Professor Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo, Professor do Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro; *A importância das virtudes da prudência e da justiça na atividade do jurista*, do Professor Daniel Nunes Pêcego, Professor do Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro e de Carla dos Santos Brasil, bacharel em Direito pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e *Direito grego? Positividade, problematização e decisão na experiência jurídica grega antiga*, do Professor Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Professor da Graduação e Pós Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP em Riberão Preto - USP e de Sebastião Trogo, Doutor em Filosofia das Relações Intersubjetivas pela Université Catholique de Louvain,

Professor Titular da Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais e diretor geral da Faculdade de Direito Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais.

Publicamos também em nossa Seção Monografias um alentado estudo denominado *Direitos fundamentais como estratégias anti-hegemônicas: um estudo sobre a multidimensionalidade de opressões*, do Professor Adilson José Moreira, Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Harvard e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. O mencionado trabalho aborda o conflito causado pela pressuposição de que normas constitucionais possuem todos os elementos necessários para regular a sociedade e uma realidade social complexa cuja lógica opera de forma distinta daquela presente no discurso dos direitos. Identifica os desafios enfrentados por aqueles que pertencem a minorias sexuais e também a minorias raciais. Esses indivíduos têm o acesso a direitos fundamentais dificultado porque normas jurídicas e práticas sociais frequentemente institucionalizam ou pressupõem certas identidades como requisito para o gozo de direitos fundamentais. Como demandas de justiça racial e de justiça sexual partem do pressuposto de que práticas excludentes afetam todos os membros de uma comunidade da mesma forma, a situação dos sujeitos situados em uma intersecção de discriminações é frequentemente ignorada. São utilizados no trabalho alguns elementos de teorias recentes de discriminação e de interpretação para argumentar que os direitos fundamentais também devem ser vistos como garantias que funcionam como estratégias anti-hegemônicas: devem ser pensados como mecanismos que permitem a desconstrução de identidades normativas, formulações ideológicas que impedem o exercício da autonomia individual no espaço público e no espaço privado.

Em nossa Seção Ensaios publicamos 06 (seis) ensaios, sendo de se destacar 03 (três) ensaios de temas candentes jurídico-filosóficos: *Ausência de regulação e transparência no sistema financeiro internacional como obstáculo ao desenvolvimento e à responsabilização criminal: uma análise a partir da crise financeira de 2008*; *Sentenças judiciais no processo penal condenatório: análise à luz da classificação ternária da tutela jurisdicional cognitiva* e *Críticas à barganha no processo penal: inconsistências do modelo proposto no Projeto de Código de Processo Penal (PLS 156/09)*.

Nesse número da Revista ampliamos também nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, com a inclusão de muitos Professores, de inúmeros Estados do país e também de muitos professores estrangeiros, chegando agora a um total de mais de 500 (quinhentos) pareceristas avaliadores.

Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista Quaestio Iuris está

indexada. Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista Quaestio Iuris são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Mauricio Mota

Editor da Revista Quaestio Iuris